

ENERGIA Ministério pretende promover alterações no programa Gás para o Empregador, para baratear o preço. Entre as novidades estão o aumento de oferta e a inclusão de leilões nas propostas

Melhoria no acesso a gás

» RAPHAEL PATI

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, se reuniu ontem com empresários e representantes de associações do setor produtivo para discutir novas estratégias para o programa Gás para Empregar. Com o objetivo de facilitar o acesso das empresas ao gás natural, o programa deve ser aprimorado para incluir medidas como leilões ao setor privado, além do aumento de oferta, entre outras ações.

Atualmente, o preço de produção do gás corresponde a R\$ 3,50 por MMBtu (unidade utilizada para medir a energia no setor). Ao consumidor final, esse valor chega a atingir R\$ 16,10, como apresentado pelo MME. No entanto, de acordo com estimativas elaboradas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), esse preço final poderia ser reduzido para R\$ 6,71 MMBtu, se as potencialidades do país fossem aproveitadas.

Por meio de uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), de 2024, a Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA), empresa vinculada ao MME, passou a ter acesso aos sistemas de escoamento e processamento (Rota 1; Rota 2; Rota 3). Para os próximos anos, a ideia é expandir a oferta de gás no país, por meio de projetos como o gasoduto Bolívia-Brasil, que deve entregar 10 milhões de m³ por dia a partir de 2025, além de outros projetos previstos para serem entregues até 2028, que devem gerar cerca de 32 milhões de m³ por dia.

Segundo o MME, os preços cobrados atualmente pelo consórcio do SIE — que envolve Petrobras, Repsol, Galp e Shell — e pelo SIP — somente com a Petrobras — dificultam o processo de tornar o gás competitivo no país. Com o novo plano, a estratégia do governo é estabelecer uma remuneração mais justa para as infraestruturas de gás natural, como escoamento, processamento e transporte, além de harmonizar a regulação federal com as estaduais.

Também há uma meta de aumentar a liquidez no mercado nacional de gás natural com maior opção de fornecedores e fontes de suprimento, com a criação de um mercado mais competitivo internamente, baseado em preços baixos e descolado da volatilidade de preços

Ricardo Botelho/MME



Na reunião com empresários, Alexandre Silveira afirmou que mudanças poderão fazer avançar a política voltada para o setor



A gente está tendo condição de formular a política para o país igual ao Brasil, porque é deixar um legado. E eu acho que um dos grandes legados que a gente pode deixar é uma política mais consolidada do preço do gás natural do Brasil"

Alexandre Silveira,
ministro de Minas e Energia

do mercado internacional.

Outra proposta discutida com os empresários durante o encontro foi a determinação de uma nova tarifa de transporte. De acordo com a EPE, há uma possibilidade de reduzir de forma significativa a tarifa praticada atualmente. A nova alíquota deve ser definida com base em estudos realizados pelo próprio ministério, que devem propor a receita máxima permitida de transporte.

De acordo com representantes das entidades que participaram da reunião, as propostas agradaram a maioria das empresas, que avaliaram que o maior problema atual é o escoamento do gás para as transportadoras. Para o vice-presidente do Instituto Aço Brasil e chairman da Gerdau, André Bier, as propostas agradaram o setor, "porque

mostra um caminho que é possível reduzir o preço e aumentar a disponibilidade de volume", segundo o executivo.

Participaram da reunião empresas como Gerdau, Usiminas e CSN. Ainda, entidades representativas como a Aço Brasil, a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) e a Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

Passo importante

Para o ministro Alexandre Silveira, o plano adotado vai ser um "grande e importante" passo para a realização do primeiro leilão do gás da União, como já é feito com o petróleo. "Mas eu acho que há uma porta e uma fresta enorme aberta para que a gente possa avançar ainda mais na questão da

política de gás, na política de utilização desses ativos. Não só o ativo de escoamento e a estação de tratamento, mas também rediscutir o preço do transporte e da distribuição de gás no Brasil, que deve ter uma regulação", avalia o ministro, durante a reunião.

Ainda na visão de Silveira, é necessário haver uma discussão sobre a abertura desse mercado a outras empresas, no sentido de reduzir os custos. Ele avaliou o objetivo como estratégico para o país e para os setores econômicos envolvidos, como a mineração e metalurgia, por exemplo. "A gente está tendo condição de formular a política para o país igual ao Brasil, porque é deixar um legado. E eu acho que um dos grandes legados que a gente pode deixar é uma política mais consolidada do preço do gás natural do Brasil", acrescentou.

BANCO CENTRAL

Sistema para evitar fraudes inclui Pix

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



O sistema trará mais segurança aos aplicativos

O sistema criado pelo Banco Central para evitar fraudes na abertura de contas correntes poderá incluir, no futuro, outros produtos que também são alvos de criminosos, como as chaves Pix, concessões de empréstimos e cartões de crédito e débito.

A plataforma, que entrará em vigor em 1.º de dezembro, permitirá que os cidadãos comuniquem às instituições financeiras, de forma preventiva e antecipada, que não desejam a criação de produtos em seu nome. Dessa forma, essas instituições serão obrigadas a fazer uma consulta prévia a esse sistema, dificultando a aplicação de golpes.

De início, o sistema começará com as contas correntes, explica Izabela Correa, diretora de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central, mas outros serviços serão monitorados pela instituição para serem incluídos posteriormente.

"A gente tem visto um descontentamento grande em relação a fraudes e golpes. A gente vê o sistema financeiro buscando soluções, mas entendemos que essa plataforma será um instrumento a mais, permitindo que o cidadão informe, previamente, que não tem intenção de adquirir determinado produto", afirmou Izabela. "Vamos começar com as contas correntes, mas depois deve ser ampliado para outros serviços."

De início, esse sistema vai bloquear a criação de contas de depósito à vista, de poupança ou de pagamento pré-pago. Izabela explica que, a partir da criação da ferramenta, haverá um acompanhamento para avaliar a necessidade de inclusão de outros produtos.

"Cartão de crédito e operação de crédito são assuntos de que os cidadãos nos trazem as reclamações. Em algum momento alguém pode dizer que não quer mais chave Pix. Mas temos de acompanhar o processo para ver se será necessário. Essa questão de golpes e fraudes incomoda a todos."

Ela diz que as contas correntes foram motivo de 130 mil reclamações na instituição em 2024. "No ano passado, tivemos 770 mil reclamações registradas no BC, e 130 mil foram relacionadas a contas correntes, de forma geral, não necessariamente golpes e fraudes e abertura de contas. Mas foi uma referência de que poderíamos começar por esse produto."

Multas

Caso haja a abertura de uma conta corrente, mesmo após a comunicação prévia, o cliente poderá abrir uma reclamação no Banco Central e procurar órgãos de defesa do consumidor e o Poder Judiciário.

A partir desse registro, a área de supervisão do BC poderá adotar medidas administrativas contra as instituições financeiras, como aplicação de advertências e multas.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lula confirma ida ao G7 neste mês

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou, ontem, a participação do Brasil na reunião da Cúpula do G7 deste ano, prevista para a próxima terça-feira, em Kaanaskis, no Canadá. A confirmação do petista no evento ocorreu após o líder brasileiro ter sido convidado pelo primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, por meio de um telefonema.

Composto por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá, o G7 corresponde aos sete países democráticos mais desenvolvidos economicamente. O encontro do grupo discutirá temas como segurança energética, minerais críticos, financiamento, inovação e tecnologia e Inteligência Artificial.

Ao ser convidado pelo representante canadense, Lula agradeceu o gesto e destacou que o Brasil pode contribuir com os assuntos que serão debatidos na cúpula do G7.

No convite a Lula, segundo o Planalto, Mark Carney destacou a liderança brasileira e confirmou presença em Belém, para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a

COP30, que acontece entre 10 e 20 de novembro.

Ainda segundo informações da comunicação do Planalto, os dois também conversaram sobre um possível fortalecimento das relações bilaterais entre Brasil e Canadá. Para Lula, o ponto em comum entre ambos os países é a defesa da democracia, do multilateralismo e do livre comércio.

Multilateralismo

Expressão recorrente nos discursos de Lula, a palavra multilateralismo apareceu em seis pronunciamentos oficiais do presidente, durante a viagem à França, sua última viagem internacional, na semana passada. Às ocasiões, Lula usou a expressão "multilateralismo" para embasar sua demanda pela assinatura do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, além de situações como a defesa da diplomacia, da paz mundial e do intercâmbio cultural.

A expressão multilateralismo, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), significa "relações internacionais, multilaterais

Dave Chan / AFP



Por telefone, Lula agradeceu ao primeiro-ministro canadense, Mark Carney, o convite para participar da reunião

com muitos lados, ou países, trabalhando juntos em direção a objetivos comuns".

Países do G7

Embora o multilateralismo, como informou o Planalto, seja o ponto de encontro entre o Brasil e o Canadá, a mesma regra não vale para a relação entre Lula e o presidente dos Estados

Unidos, Donald Trump. Como os EUA integram o G7, o líder norte-americano e o brasileiro se encontrarão pela primeira vez, desde quando o republicano foi eleito à Casa Branca, em janeiro deste ano.

Lula, durante sua viagem à França, prometeu convidar Donald Trump para a Conferência das Nações Unidas para Mudanças do Clima (COP-30), em

novembro, na cidade de Belém. "Vamos fazer um encontro separado de chefes de Estado de dois dias antes para aprofundar o debate. Se até perto [do evento] o Trump não confirmar que vem, eu, pessoalmente, vou ligar para ele e falar 'ó, cara, Trump, a COP é aqui no Brasil, vamos discutir esse negócio'", destacou Lula, durante coletiva de imprensa, em Paris.